



## Concurso Público para preenchimento de vagas de Analista Técnico

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Estudo de Caso

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

## Esportes, negócios

*Comecinho dos anos 60, nosso professor de educação física, um homem já encanecido (por isso, considerado um velho bem velho, na nossa perspectiva de adolescentes), não tinha dúvida em nos dizer: "Não briguem por causa de futebol. Futebol como esporte não existe mais, desde que se profissionalizou. Só fazia sentido quando todos eram amadores e jogavam só pelo prazer do jogo e pelo amor à camisa". Era uma opinião radical, mas que nos fazia pensar em sua consistência.*

*Por certo o professor estava se referindo a experiências de sua meninice e adolescência, nos anos 30 e 40, quando o futebol ainda era uma espécie de arte pela arte, sem a intromissão decisiva dos chamados "interesses do mercado". Às vezes acho que a nostalgia de meu professor tinha toda a razão de ser: era possível e desejável gostar de um esporte apenas pelas qualidades intrínsecas desse esporte.*

*Altos negócios no mundo das atrações de massa supõem muito dinheiro, plena visibilidade e excesso de celebração. Nada disso falta, hoje, aos esportes de alto rendimento que sejam também negociáveis, isto é, que constituam matéria de interesse para milhões de consumidores. Com isso, perde-se aquela dimensão de gratuidade que havia nos esportistas empenhados numa tarefa em que a competitividade não eliminava o prazer, que por sua vez não se rendia a poderosos empresários. "O que passou passou. / Já-mais acenderás de novo / o lume / do tempo que passou"—já desabafou o poeta Ferreira Gullar, num momento de versos cétricos. O que é uma pena, diria nosso velho professor de educação física.*

(Jayme de Souto Albuquerque, inédito)

1. Deve-se entender do texto que, na visão do professor de educação física,
  - (A) o amadorismo, por se preocupar com a competitividade e o alto rendimento nos esportes, favorece o desenvolvimento deles.
  - (B) o jogo de futebol foi prejudicado em seu desempenho técnico quando a habilidade do atleta cedeu lugar a compromissos empresariais.
  - (C) o fim do amadorismo no futebol representou o fim de sua prática essencialmente lúdica, por conta dos interesses financeiros que se agregaram a esse esporte.
  - (D) a gratuidade do esporte desagradava aos homens de negócio, razão pela qual passaram a investir apenas nos atletas que proporcionassem retorno econômico.
  - (E) o profissionalismo no futebol, apesar de prejudicar a pureza natural desse esporte, passou a favorecer os justos interesses da economia de mercado.

---

2. Considerando-se o contexto do 3º parágrafo, estabelece-se uma **oposição** de sentido entre os seguintes elementos:
  - (A) *dimensão de gratuidade / Altos negócios no mundo das atrações de massa.*
  - (B) *esportistas empenhados numa tarefa / a competitividade (...) o prazer.*
  - (C) *muito dinheiro / esportes de alto rendimento.*
  - (D) *poderosos empresários / excesso de celebração.*
  - (E) *plena visibilidade / matéria de interesse.*

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *nos fazia pensar em sua consistência* (1º parágrafo) = levava-nos a deduzir sua irrelevância.
  - (B) *sem a intromissão decisiva* (2º parágrafo) = a despeito da influência definitiva.
  - (C) *apenas pelas qualidades intrínsecas* (2º parágrafo) = tão somente pelos valores atribuídos.
  - (D) *perde-se aquela dimensão de gratuidade* (3º parágrafo) = suprime-se o aspecto de inutilidade.
  - (E) *a competitividade não eliminava o prazer* (3º parágrafo) = o caráter da disputa não suprime a satisfação.

---

4. Considerando-se o contexto, emprega-se em **sentido figurado** o seguinte segmento:
  - (A) *um homem já encanecido* (1º parágrafo).
  - (B) *todos eram amadores* (1º parágrafo).
  - (C) *qualidades intrínsecas desse esporte* (2º parágrafo).
  - (D) *o lume / do tempo que passou* (3º parágrafo).
  - (E) *a competitividade não eliminava o prazer* (3º parágrafo).



5. Está clara, coerente e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) De acordo com a opinião de muitos, supõem-se que os esportes profissionalizados não cumpram com os objetivos mais prazerosos que advêm da prática amadorística dos mesmos.
  - (B) Malgrado a diferença de experiências, os alunos adolescentes chegaram a suspeitar que havia procedência no que lhes dizia o professor de educação física a respeito da prática do futebol.
  - (C) Não obstante hajam muitos prazeres no cultivo do esporte profissional, o amadorismo não deixava à revelia a satisfação que aos seus costumeiros adeptos eram capazes de proporcionar.
  - (D) Embora se lamente os prazeres que não retornam jamais, a memória cuida de iluminar-lhes de modo que surjam a nossa percepção como se vivos fossem.
  - (E) O autor do texto é da opinião que seu professor de educação física prezaria à convicção do poeta Ferreira Gullar, segundo o qual a implacabilidade do tempo não se reacende.
- 
6. As normas de concordância verbal estão adequada e plenamente atendidas na frase:
- (A) Remontam aos anos 60, às minhas aulas de educação física, a convicção das ideias de meu professor quanto aos ônus que acarretaram a profissionalização do futebol.
  - (B) Ao nosso professor de educação física não impressionavam as supostas condições vantajosas a que veio se submeter a prática do futebol profissional.
  - (C) Quem viveu nos anos 30 certamente se deparou com uma realidade do esporte que não podiam imaginar susceptíveis às rupturas que implicariam a profissionalização.
  - (D) Sensível à fatalidade dos anos que inapelavelmente transcorre, o poeta Ferreira Gullar deixou que em seus versos se expressasse, mais que uma nostalgia, as impossibilidades da memória.
  - (E) O prazer de jogar e o amor à camisa, na época do amadorismo, não podia faltar ao praticante de um esporte cujos prazeres tornava dispensável qualquer outra retribuição.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 11.

### Parcerias

*Tom Jobim e Vinicius de Moraes constituíram, sem dúvida, uma das grandes parcerias da nossa música. Na verdade, a parceria ia além da arte do compositor e do poeta que se juntaram nas mesmas canções: era a parceria de amorosa amizade, de inabalável companheirismo. A música é uma linguagem sem palavras, e as palavras têm em si mesmas uma música própria. Mas sempre há a possibilidade de que a música fale com as palavras que a cantam, e de que as palavras cantem o que a música diz – é o que ocorre numa canção. No caso de Tom e Vinicius, a excelência da composição musical uniu-se à excelência do texto poético – e deu nas maravilhas que conhecemos.*

*Penso em que outras atividades pode haver parcerias igualmente felizes. Penso em Lucio Costa e Niemeyer, engenharia e arquitetura construindo uma cidade pelas mãos fortes de uma multidão de parceiros operários entregues à tarefa comum de plantar edifícios no campo aberto. Penso, sim, na parceria artilheira de Pelé e Coutinho no mítico Santos dos anos 50 e 60. Penso nos parceiros de mutirão, que se unem para plantar, colher, ou levantar as paredes e cobrir o telhado de uma nova casa. Penso na parceria de um professor e de um aluno, quando os une o mesmo interesse por uma investigação em comum.*

*As boas parcerias não nascem da insuficiência pessoal de cada um dos parceiros; nascem como uma aspiração deles a que a junção de talentos multiplique o sucesso dos resultados. Em vez de competição, associação de esforços; em vez de rivalidade, encontro de competências. Seja em que campo se der, a boa parceria é a que se faz para servir melhor a mais alguém. É esse, me parece, o sentido que deve ganhar o movimento que acaba por unir os melhores parceiros.*

(Valdemar Gasparetto, inédito)

7. Considera-se no texto que a parceria entre o compositor Tom Jobim e o poeta Vinicius de Moraes acabou confirmando o fato de que, numa canção bem sucedida,
- (A) a excelência da letra faz o ouvinte se esquecer da excelência da música, assim como também pode ocorrer o inverso disso.
  - (B) o músico e o poeta revezam-se em suas habilidades, de modo que ao fim e ao cabo não se sabe quem fez exatamente o quê.
  - (C) a letra e a música ajustam-se de tal modo que suas linguagens concorrem para que uma reforce o poder de expressão da outra.
  - (D) o trabalho dos parceiros é tão inspirador, em seu fecundo companheirismo, que acaba propiciando a formação de novas parcerias.
  - (E) a qualidade da música e a qualidade da letra derivam diretamente da amistosa competição que deve haver entre os bons parceiros.

8. No 3º parágrafo do texto, o autor dá como conclusiva a sua tese de que
- o trabalho das parcerias mais bem-sucedidas representa um maior benefício para terceiros.
  - a insuficiência pessoal é sempre superada na soma de esforços que constituem uma parceria.
  - a associação entre parceiros deve estimular a saudável rivalidade de que nasce um trabalho bem-sucedido.
  - o objetivo precípua de toda parceria é estreitar os laços de companheirismo entre os parceiros.
  - a autossuficiência de cada um dos parceiros acaba redundando em benefício de um trabalho em comum.
- 
9. Ao estruturar sua argumentação, o autor do texto vale-se de expressões que reiteram um sentido equivalente, tal como ocorre em:
- A música é uma linguagem sem palavras // excelência do texto poético* (1º parágrafo)
  - Em vez de competição // não nascem da insuficiência pessoal* (3º parágrafo)
  - multidão de parceiros operários // o mesmo interesse por uma investigação em comum* (2º parágrafo)
  - junção de talentos // encontro de competências* (3º parágrafo)
  - Seja em que campo se der // em vez de rivalidade* (3º parágrafo)
- 
10. Há uma ocorrência de voz passiva, bem como adequada articulação entre todas as formas verbais, na seguinte frase:
- As boas parcerias dar-se-ão sempre quando viesse a ocorrer, além de uma afinidade pessoal entre os parceiros, uma associação de talentos e competências.
  - Ao se encontrarem pela primeira vez, Tom Jobim e Vinicius de Moraes talvez não suspeitassem do significado que alcançará sua parceria como artistas.
  - É preciso que nos lembremos das parcerias coletivas, como a dos mutirões, em que todos obteriam a recompensa do esforço que despendam em conjunto.
  - Os amantes do futebol, sobretudo os mais velhos, talvez nunca viessem a se esquecer daquela dupla de artilheiros que notabilizassem o Santos de décadas atrás.
  - Edificou-se toda uma cidade sob a orientação de Lúcio Costa e Niemeyer, de cujo trabalho em comum redundou a capital que se fez famosa pelo arrojo de sua concepção.
- 
11. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- Jamais os preocupa, parceiros camaradas que são, a possibilidade de que alguma competição inconveniente se instale entre eles.
  - Por que teriam justamente eles incomodado-se, se todas as parcerias à que se dedicaram foram sempre muito bem-sucedidas?
  - Se há parceiros de mal rendimento, se deve à alguma desavença fundamental entre ambos, ou simplesmente à falta de talento.
  - Perdoe-me se mal pergunto-lhe, mas você acredita mesmo que numa boa parceria possa prescindir, além do talento, de um grande companheirismo?
  - Aos parceiros de verdade, não costuma constituí-los um empecilho o afã de sucesso, que antes lhes estimula do que os inibe.

**Atenção:** Considere o texto abaixo, do escritor português José Saramago, para responder às questões de números 12 a 15.

#### Uma compreensão da História

*Eu entendo a História num sentido sincrônico, isto é, em que tudo acontece simultaneamente. Por conseguinte, o que procura o romancista – ao menos é o que eu tento fazer – é esboçar um sentido para todo esse caos de fatos gravados na tela do tempo. Sei que esses fatos se deram em tempos distintos, mas procuro encontrar um fio comum entre eles. Não se trata de escapar do presente. Para mim, tudo o que aconteceu está a acontecer. E isto não é novo, já o afirmava o pensador italiano Benedetto Croce, ao escrever: “Toda a História é História contemporânea”. Se tivesse que escolher um sinal que marcasse meu norte de vida, seria essa frase de Croce.*

(SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 256)

12. A frase citada de Benedetto Croce despertou toda a admiração de José Saramago porque ela
- traduz à perfeição a convicção de ambos, segundo a qual o fato de a História não se repetir não significa atraso ou paralisia.
  - expressa o sentido da sincronidade que rege e caracteriza o tempo da História, tese que é também a do escritor português.
  - representa a convicção de que na contemporaneidade a evolução da História vai suprimindo o caos dos eventos passados.
  - denota o otimismo dos historiadores do tempo presente, segundo os quais a civilização do futuro incorporará os acertos do passado.
  - encerra a antiga sabedoria dos historiadores clássicos, que não viam razão para deixar de cultivar a memória das antigas civilizações.



13. José Saramago entende que sua função como romancista é
- (A) estudar e imaginar a História em seus movimentos sincrônicos predominantes.
  - (B) ignorar a distinção entre os tempos históricos para mantê-los vivos em seu passado.
  - (C) buscar traçar uma linha contínua de sentido entre fatos dispersos em tempos distintos.
  - (D) fazer predominar o sentido do tempo em que se vive sobre o tempo em que se viveu.
  - (E) expressar as diferenças entre os tempos históricos de modo a valorizá-las em si mesmas.
- 
14. **O que procura o romancista é esboçar um sentido para todo esse caos de fatos gravados na tela do tempo.**
- Uma nova redação da frase acima, em que não se percam sua coerência e sua correção, começando com o segmento **Todo esse caos de fatos gravados na tela do tempo** poderá ter como adequada complementação o que se segue:
- (A) é procurado esboçar-se pelo romancista para ter algum sentido.
  - (B) terá sentido na medida em que o romancista procurasse esboçá-los.
  - (C) é o que o romancista busca dar sentido quando os procura esboçar.
  - (D) é visado pelo romancista que busca esboçar um sentido para eles.
  - (E) torna-se o alvo de um esboço em cuja busca de sentido está no romancista.
- 
15. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Na visão de Saramago o papel de um romancista, diferentemente do de um historiador é: tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história uma vez que, ainda de acordo com esse grande escritor português – a progressão dos fatos vividos, pode ser compreendida sincronicamente.
  - (B) Na visão de Saramago, o papel de um romancista diferentemente do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história; uma vez que ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.
  - (C) Na visão de Saramago o papel de um romancista, diferentemente, do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer em qualquer tempo da história - uma vez que ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.
  - (D) Na visão de Saramago, o papel de um romancista, diferentemente do de um historiador, é tratar ficcionalmente de fatos que podem ocorrer em qualquer tempo da história, uma vez que, ainda de acordo com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida sincronicamente.
  - (E) Na visão de Saramago, o papel de um romancista diferentemente do de um historiador é tratar, ficcionalmente, de fatos que podem ocorrer, em qualquer tempo da história: uma vez que ainda de acordo, com esse grande escritor português, a progressão dos fatos vividos pode ser compreendida, sincronicamente.
- 

#### Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Um navio de carga, com toda sua capacidade ocupada, pode transportar 1 800 caixas do tipo A ou 1 350 caixas do tipo B. Se o navio for carregado com 800 caixas do tipo A, então ele ainda poderá transportar um número de caixas do tipo B, no máximo, igual a
- (A) 750.
  - (B) 700.
  - (C) 675.
  - (D) 725.
  - (E) 650.
- 
17. Um produtor de soja colheu 21 068,6 toneladas do produto, que foram armazenadas em cinco silos diferentes, dois grandes e três pequenos. As quantidades armazenadas em cada um dos silos grandes são iguais, o mesmo acontecendo com os silos pequenos. Além disso, a quantidade armazenada em um silo grande é o dobro da quantidade armazenada em um silo pequeno. Um comprador vai adquirir toda a soja armazenada em um dos silos grandes e em um dos silos pequenos. A quantidade total de soja a ser adquirida por esse comprador, em toneladas, é igual a
- (A) 842,74.
  - (B) 929,4.
  - (C) 9 029,4.
  - (D) 8 427,44.
  - (E) 6 019,6.
-

18. Um levantamento da secretaria de infraestrutura de um Município revelou que apenas 75% das residências do Município são atendidas pela rede de esgoto. De acordo com a meta estabelecida pela Prefeitura, esse percentual deverá chegar a 90% até o final do ano. Para que a meta seja atingida, em relação ao total de residências que ainda não contam com a rede de esgoto, o percentual de novas residências que receberão esse benefício até o final do ano deverá ser de, no mínimo,
- (A) 15%.  
 (B) 25%.  
 (C) 60%.  
 (D) 50%.  
 (E) 33%.
- 
19. Em um país, todos os postos de gasolina são de uma dentre três bandeiras: K, L ou M. Sabe-se que  $\frac{5}{11}$  dos postos são da bandeira K e que o número de postos da bandeira L é o triplo do número de postos da bandeira M. Em relação ao total de postos, aqueles que são da bandeira L representam
- (A)  $\frac{3}{11}$ .  
 (B)  $\frac{3}{22}$ .  
 (C)  $\frac{9}{22}$ .  
 (D)  $\frac{4}{33}$ .  
 (E)  $\frac{8}{33}$ .
- 
20. O número A é o menor inteiro positivo divisível, simultaneamente, por 12, 14 e 21. Já o número B é o maior inteiro positivo divisor, simultaneamente, de 105, 135 e 180. Nessas condições, o valor da expressão  $\left(\frac{A}{B}\right)^2$  é igual a
- (A) 33,64.  
 (B) 29,16.  
 (C) 24,01.  
 (D) 31,36.  
 (E) 26,01.
- 
21. Usando lápis e régua, uma pessoa desenhou as duas diagonais de uma folha de papel quadrada, inicialmente em branco (uma diagonal é uma linha reta que une dois cantos opostos da folha). Em seguida, com auxílio de uma tesoura, ela foi dividindo a folha em quadrados menores, conforme a sequência descrita a seguir:
- Etapa 1:* a folha original foi dividida em quatro quadrados idênticos por meio de dois cortes retos, cada um deles paralelo a dois lados da folha.
- Etapa 2:* cada pedaço quadrado obtido na Etapa 1 foi dividido em quatro quadrados idênticos, da mesma forma descrita na Etapa 1.
- Em cada etapa seguinte, cada pedaço quadrado obtido na etapa anterior também foi dividido em quatro quadrados idênticos como havia sido feito na Etapa 1.
- Ao final da Etapa 4, a quantidade de pedaços de papel que tinham uma de suas diagonais desenhada com lápis era igual a
- (A) 48.  
 (B) 32.  
 (C) 24.  
 (D) 128.  
 (E) 64.



22. Uma senha é formada por uma sequência de cinco letras distintas colocadas em ordem alfabética, sendo uma delas a letra C. Conhecendo apenas essa informação, três pessoas fizeram uma afirmação sobre a posição ocupada pela letra C na sequência que constitui a senha.

*Rita:* a letra C não ocupa a última posição da sequência.

*Márcia:* a letra C está na terceira posição da sequência.

*Bia:* se a sequência não tiver vogais, então a letra C é a primeira ou a segunda da sequência.

É(São) necessariamente verdadeira(s) a(s) afirmação(ões)

- (A) de Rita, Márcia e Bia.
- (B) de Rita e Márcia, apenas.
- (C) de Rita e Bia, apenas.
- (D) de Márcia e Bia, apenas.
- (E) de Rita, apenas.

---

### Organização do Estado

23. Suponha que a São Paulo Parcerias S.A (SPPAR) esteja atuando na estruturação de um projeto que pretende a integração dos sistemas de bilhetagem e repartição da receita tarifária do sistema de transporte de ônibus urbano e do sistema metroferroviário. Ao final da modelagem da parceria, restou evidenciada a necessidade de criação, pelo Município, de uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, na forma de sociedade de economia mista, na qual também deverão participar, como acionistas minoritários, o Estado e a SPPAR. Considerando as disposições constitucionais relativas à Administração pública, bem como o disposto na Lei Municipal nº 14.517, de 16/10/2017, que autoriza a SPPAR a instituir subsidiárias e participar do capital de outras empresas controladas por ente público ou privado, tal modelo afigura-se

- (A) viável, demandando lei autorizativa municipal para instituição da companhia, bem como lei autorizativa estadual para que o Estado possa participar como acionista da referida SPE.
- (B) inviável, no que concerne à participação do Estado, eis que a união de esforços entre entes federados somente pode ocorrer mediante consórcio.
- (C) inviável, sendo possível, contudo, para atingimento dos fins colimados, a instituição de empresa pública, que prescinde de autorização legislativa.
- (D) viável, independentemente de autorização legislativa e licitação, eis que a sociedade a ser instituída será prestadora de serviço público em regime de direito privado.
- (E) viável, independentemente de licitação e autorização legislativa, desde que não haja participação acionária de investidores privados na referida sociedade de economia mista.

24. Suponha que um empregado de empresa privada, concessionária de serviço público de coleta de lixo, ao manobrar o veículo que estava efetuando a coleta urbana, tenha abalroado o muro de um edifício e este veio a desabar. Considerando o regimento estabelecido pela Constituição da República sobre responsabilidade civil da Administração pública,

- (A) inexistente responsabilidade objetiva da concessionária pelos danos causados, eis que tal modalidade de responsabilização somente se aplica a pessoas jurídicas de direito público.
- (B) o Município, na condição de poder concedente, é quem responde, primariamente, pelos prejuízos causados, cabendo direito de regresso contra a concessionária.
- (C) a empresa concessionária responde pelos prejuízos causados, independentemente de comprovação de dolo ou culpa do empregado.
- (D) a empresa concessionária somente responderá pelos prejuízos causados se comprovado nexo de causalidade e culpa grave de seu empregado.
- (E) a responsabilidade primária pela reparação do dano é do empregado, que poderá, contudo, exercer direito de regresso contra a concessionária, se comprovada culpa concorrente.

25. Considere que a São Paulo Parcerias S.A (SPPAR) tenha realizado a modelagem econômico-financeira de uma parceria público-privada para a construção e operação de hospitais municipais e, em face dos investimentos que serão realizados pelo parceiro privado, apontou a necessidade de oferecimento de garantias pelo Município para o pagamento das contraprestações pecuniárias ao longo do contrato. À vista das disposições da Constituição da República, tais garantias

- (A) somente serão viáveis se o contrato contar com a interveniência do Estado, como garantidor, podendo o Município apresentar contragarantia ao Estado, incidente sobre produto de seus impostos.
- (B) não poderão incidir sobre receitas provenientes da alienação de ativos, somente podendo alcançar receitas provenientes da arrecadação tributária corrente.
- (C) afiguram-se juridicamente viáveis, eis que a Constituição não veda a vinculação de produto de todos os tributos, mas apenas das taxas e contribuições de melhoria.
- (D) não poderão incidir sobre produto de impostos municipais, eis que, para efeito de garantia ou contragarantia, os mesmos somente podem ser oferecidos à União.
- (E) poderá incidir sobre produto de impostos municipais e sobre as vinculações orçamentárias destinadas à saúde, vedada a incidência sobre as transferências obrigatórias oriundas de impostos estaduais.



26. A disciplina estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal para realização de operações de crédito por entes federados
- (A) equipara determinados negócios jurídicos a operações de crédito, entre os quais, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.
  - (B) permite a "securitização" de recebíveis, não equiparando tal modalidade a operação de crédito ainda que assumido compromisso financeiro do cedente pelo pagamento do crédito.
  - (C) veda determinadas modalidades, anteriormente admissíveis, entre as quais a Operação por Antecipação de Receita Orçamentária.
  - (D) determina que o produto de operações de crédito deva ser aplicado prioritariamente na cobertura de déficit corrente e pagamento de despesa de pessoal.
  - (E) permite operações de crédito entre diferentes entes federados, vedando, contudo, a prestação de garantia pela União a Estados e Municípios em empréstimos junto a instituições financeiras internacionais.
- 
27. Suponha que a Câmara Municipal tenha aprovado lei ordinária, originária de projeto de iniciativa parlamentar, dispondo sobre regime jurídico de servidores públicos municipais. Referida lei foi submetida à sanção do Prefeito, que, de acordo com as disposições que disciplinam o processo legislativo municipal,
- (A) poderá deixar transcorrer o prazo para sanção, ensejando veto tácito, o qual poderá ser derrubado pela Câmara por maioria absoluta.
  - (B) está obrigado a sancioná-la, salvo se importar criação ou aumento de despesa em relação àquela prevista na Lei Orçamentária Anual.
  - (C) embora não presente vício de iniciativa, poderá vetar a lei se entender que a mesma é contrária ao interesse público.
  - (D) somente poderá vetar a lei se houver inconstitucionalidade formal, consistente na inclusão, no texto de lei ordinária, de matéria que deva ser tratada por lei complementar.
  - (E) tem a prerrogativa de vetá-la, por inconstitucionalidade, eis que se trata de matéria cuja iniciativa para a proposição legislativa é privativa do Chefe do Executivo.
- 
28. Considere que o Município pretenda instituir um programa de parcelamento de débitos tributários, com redução do principal e desconto de multa e juros (parcelamento incentivado). Adicionalmente, com vistas a aumentar a eficiência da cobrança da dívida ativa, autorizou o cancelamento de débitos com valores inferiores aos respectivos custos de cobrança. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) apenas o cancelamento de débitos, nos moldes descritos, configura renúncia de receita, condicionada sua implementação à adoção de medidas compensatórias de ampliação de receita no mesmo montante.
  - (B) apenas o parcelamento incentivado, nos moldes descritos, configura renúncia de receita, devendo, entre outros requisitos, haver a comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (C) ambas as medidas configuram renúncia de receitas, condicionadas à comprovação de que haverá aumento de arrecadação na mesma proporção dos benefícios concedidos.
  - (D) as medidas descritas não configuram renúncia fiscal, a qual só alcança redução de alíquotas de impostos ou da base de cálculo de tributos, sujeitando-se à previsão dos impactos na Lei Orçamentária Anual.
  - (E) ambas as medidas dependem de previsão no Anexo de Riscos Fiscais que integra a Lei Orçamentária Anual, eis que podem ensejar frustração da previsão de receita corrente.
- 
29. Considerando a disciplina estabelecida pela Constituição da República no que concerne à organização político-administrativa do Estado, constitui competência privativa da União
- (A) instituir regiões metropolitanas, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
  - (B) promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
  - (C) legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
  - (D) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
  - (E) instituir normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações públicas de todos os entes federados.
- 
30. Considere que determinada Secretaria municipal tenha firmado um contrato de obras e, no curso da execução do mesmo, surgiram despesas não passíveis de serem suportadas pelas dotações orçamentárias originalmente destinadas aos pagamentos correspondentes, decorrentes de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da contratada. De acordo com as disposições aplicáveis da Constituição da República e da legislação que disciplina os orçamentos e finanças públicas, a cobertura das despesas adicionais deverá se dar mediante abertura de crédito especial suplementar,
- (A) desde que previsto no Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei Orçamentária Anual.
  - (B) com remanejamento de dotações destinadas a outras despesas de capital.
  - (C) sendo necessária prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
  - (D) com desvinculação de receitas destinadas à saúde ou manutenção do ensino.
  - (E) com oneração da Reserva de Contingência, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Gestão Governamental**

31. O gerenciamento de conflitos no âmbito das organizações desafia as habilidades dos gestores, que podem valer-se de diferentes abordagens descritas pela literatura, buscando a melhor solução possível na situação que se apresente. Nesse contexto, a diferença básica entre a adoção de uma negociação integrativa e aquela denominada distributiva consiste no fato de que a
- (A) distributiva busca o apaziguamento do conflito, com uma solução consensual e democrática, enquanto a integrativa foca na racionalidade da solução do ponto de vista da organização.
  - (B) integrativa atua nas condições precedentes à instalação do conflito, enquanto a distributiva atua no conflito já instalado, buscando mitigá-lo.
  - (C) integrativa pressupõe uma convergência, adotando uma solução “ganha-ganha”, enquanto na distributiva, pela limitação dos recursos disputados, haverá um lado perdedor.
  - (D) integrativa considera o conflito negativo e, portanto, trabalha para evitá-lo, enquanto a distributiva o considera necessário e saudável como forma de aumentar a eficiência da organização.
  - (E) integrativa aponta soluções a partir de um processo interno na organização, enquanto a distributiva pressupõe a participação de uma terceira parte, utilizando mediação ou arbitragem.
- 
32. O fenômeno da motivação nas organizações tem merecido diversos estudos, com diferentes abordagens pela literatura. Entre tais abordagens, podem-se destacar as apresentadas por McGregor, conhecidas como Teoria “X” e Teoria “Y”, as quais
- (A) afirmam que os componentes da organização se agrupam, espontaneamente, em categorias “X”, naturalmente motivados, e “Y”, naturalmente reativos e refratários, cabendo ao gestor quebrar essa dinâmica para aumentar a produtividade.
  - (B) consideram dois fatores básicos para a motivação: os de subsistência, denominados fatores “X”, e os ligados à autorrealização e reconhecimento social, denominados fatores “Y”.
  - (C) sustentam que a motivação depende da combinação adequada de medidas de recompensa ou reforço positivo, da categoria “X”, e também de punições e desincentivos (reforço negativo), inseridos na categoria “Y”.
  - (D) se apresentam como concepções extremas da natureza humana em relação ao trabalho: a “X” fundada na crença de que o indivíduo não gosta do trabalho e o evita; e a “Y”, na visão de que o trabalho é algo natural para o indivíduo.
  - (E) sustentam que a motivação organizacional nada mais é do que a resultante de dois fatores que devem ser combinados: fator “X”, consistente em remuneração e benefícios, e fator “Y”, consistente em qualidade de vida no trabalho e clima organizacional favorável.
- 
33. Suponha que determinada sociedade de economia mista municipal tenha contratado uma consultoria para orientar a aplicação de uma avaliação de desempenho de seus empregados. Referida consultoria, analisando os resultados de avaliações anteriores, aplicadas pelos próprios gestores da empresa, notou forte incidência do denominado “efeito halo”, o que significa
- (A) a ocorrência de generalizações, com a extrapolação, pelo avaliador, de um aspecto do avaliado, negativo ou positivo, para todos os demais aspectos, nivelando a avaliação a partir de tal aspecto.
  - (B) a contaminação das avaliações por preferências ou antipatias do avaliador em relação aos avaliados, ensejando distorções dos resultados obtidos.
  - (C) apego a fatos e comportamentos recentes, deixando o avaliador de considerar o conjunto da atuação e trajetória dos avaliados.
  - (D) projeção, pelo avaliador em face dos avaliados, de visões e preconceitos próprios, contaminando o resultado das avaliações com alto grau de subjetividade ou excesso de rigor.
  - (E) falta de comprometimento e envolvimento do avaliador, que prefere não se indispor com os avaliados e opta por avaliações neutras, deixando de apontar as reais deficiências dos avaliados.

**Economia**

34. Das medidas econômicas adotadas no Brasil, ao longo dos anos 90, e de suas relações com os preceitos do denominado “Consenso de Washington”, podemos destacar
- (A) a adoção de um cronograma unilateral de rápida redução das tarifas de importação, pelo governo Collor, alinhada ao preceito da abertura econômica.
  - (B) a implementação do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), durante o governo Itamar Franco, alinhada ao preceito da desestatização.
  - (C) a maxidesvalorização do Real frente ao dólar aliada ao alargamento da banda de flutuação cambial, ocorrida no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), alinhada ao preceito da desregulamentação dos movimentos de capitais.
  - (D) o lançamento do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na atividade bancária (PROES), no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), alinhado ao preceito da flexibilização das relações de trabalho.
  - (E) a estabilidade de preços obtida a partir da adoção do Plano Real, em 1993, alinhada ao preceito da equidade distributiva.

35. O chamado Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil (NSCN), criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta, dentre seus grupos de contas,
- (A) as tabelas de insumo-produto que reúnem as principais grandezas calculadas no Sistema de Contas Nacionais e permitem identificar, para cada ano, o Produto Interno Bruto – PIB; a composição da oferta e da demanda agregada; a geração, a distribuição e o uso da renda nacional; a acumulação de capital; a capacidade ou necessidade de financiamento; as transações correntes com o resto do mundo; a renda *per capita*; a evolução da carga tributária; a desagregação das empresas não financeiras, por origem de capital, privado e público; e a desagregação do setor público e privado, para alguns agregados, entre outras informações.
  - (B) as contas econômicas integradas que oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo, para cada setor institucional, seus fenômenos essenciais – produção, consumo, acumulação e patrimônio – e suas inter-relações no período considerado.
  - (C) as tabelas sinóticas que se aplicam ao comportamento dos agentes econômicos; neste caso, a unidade de investigação é a unidade institucional, que se caracteriza por sua autonomia de decisão e unicidade patrimonial. O agrupamento das unidades institucionais de acordo com a similaridade de objetivos, funções e comportamentos econômicos formam os setores institucionais.
  - (D) a tabela de recursos e usos que contém os resultados, a preços correntes e a preços constantes do ano anterior, e mostra os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços e, também, a geração da renda e do emprego em cada atividade econômica.
  - (E) o circuito econômico que representa a forma e o tempo, como e quando o produto e a renda são gerados, passando pelos mecanismos de distribuição e de apropriação da renda nacional, chegando posteriormente à identificação dos fluxos relativos ao uso da renda em consumo e poupança e às consequentes alterações patrimoniais da nação e dos variados agentes que atuam na economia.
- 
36. Há uma corrente dentro do pensamento econômico brasileiro que afirma que, a partir da orientação econômica liberalizante assumida pelos gestores de nossa política econômica, nos anos 90 e início do século XXI, o país abandonou a ideia de uma política industrial, outrora presente. Nesse contexto,
- (A) o documento publicado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, durante o primeiro governo FHC, intitulado Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, ao enumerar uma série de instrumentos, tais como políticas de investimento, de capacitação tecnológica, de comércio exterior, de capacitação de recursos humanos e de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, corrobora essa perspectiva.
  - (B) o denominado Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), ao elencar “grandes programas de investimentos”, com o propósito de consolidar a infraestrutura econômica e as indústrias básicas, contraria essa afirmação.
  - (C) o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em sua primeira fase, de 2007 a 2010, focava apenas os investimentos em infraestrutura urbana, nas regiões mais carentes do país, sem vislumbrar qualquer impacto sobre o produto industrial, o que vem ao encontro da perspectiva dessa corrente.
  - (D) a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), reforça a perspectiva acima, ao propor-se enfrentar quatro desafios, a saber: ampliação da capacidade de oferta para enfrentar uma demanda em expansão, mantendo-se o controle sobre a inflação; preservar a robustez do balanço de pagamentos brasileiro; elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras; e ampliar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas, o que corrobora essa perspectiva.
  - (E) a afirmação contida em relatório de 1998 do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) de que bastaria estabelecer um ambiente macroeconômico favorável para que as forças autônomas do mercado se encarregassem de transformar nosso país em importante base de produção industrial do mundo, corrobora essa perspectiva.

#### Políticas Públicas

37. O conceito de políticas públicas não é único, pois varia de acordo com o enfoque teórico adotado e o contexto político e social ao qual se aplica. Nesse sentido, no Estado capitalista moderno, as políticas públicas
- (A) dizem respeito à atividade ou ao conjunto de atividades que fazem referência estrita aos governos e aos seus governantes.
  - (B) são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.
  - (C) são um conjunto de procedimentos que expressam relações de consenso e que se orientam à resolução dos problemas da classe trabalhadora.
  - (D) transformam a sociedade de forma pacífica ao extraírem dinheiro da sociedade pelos tributos pagos pelos cidadãos e os “distribuírem” via benefícios e uma variedade de serviços à população.
  - (E) constituem o meio para alcançar a emancipação econômica da classe operária, através do estabelecimento da igualdade de direitos e de deveres.



38. A avaliação é um dos processos indispensáveis na melhoria das decisões e ações no campo social. O ato avaliativo está presente desde a decisão sobre a realização de uma determinada política pública até a sua implementação, execução e resultados. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo.
- I. Os objetivos de avaliação de políticas públicas são: científicos, políticos e operativos.
  - II. Os tipos de abordagem de acompanhamento na avaliação de políticas públicas se classificam em: interno e externo.
  - III. Os tipos de avaliação segundo a relação temporal são: *ex ante* e *ex post*.
  - IV. A avaliação de resultados tem como foco o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento das políticas públicas.
  - V. A avaliação de processo pressupõe a utilização de indicadores adequados, ou seja, os de impactos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) III, IV e V.
  - (D) I e II.
  - (E) I e III.
39. Os termos eficiência, eficácia e efetividade podem ser entendidos como recursos analíticos destinados a separar aspectos distintos dos objetivos e por consequência da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação. Nesse sentido, é necessário que se conheça o que distingue um termo do outro, para que se possa refletir sobre a utilidade de cada um na avaliação de políticas públicas. Marque com **1** o que se referir à **eficiência**, **2** o que se remeter à **eficácia**, e **3** o que se referenciar à **efetividade**.
- ( ) É entendida pelo grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos aplicados.
  - ( ) É definida como a relação existente entre os produtos e os custos dos insumos.
  - ( ) Consiste no exame da processualidade concreta e da adequação e coerência dos meios e instrumentos utilizados durante uma determinada política.
  - ( ) Define-se como o exame da relação entre a implementação de uma determinada política e seus impactos e/ou resultados.
  - ( ) É medida pela quantidade de mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que a política foi capaz de produzir.

Está correta a seguinte relação, de cima para baixo,

- (A) 1 2 1 2 3
- (B) 1 3 2 1 3
- (C) 2 1 3 1 2
- (D) 2 1 2 3 3
- (E) 3 2 1 3 1

#### Contabilidade

40. A empresa industrial Só Trabalho S.A., ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto em um determinado mês, obteve as seguintes informações:
- Custos fixos: R\$ 138.000,00 por mês  
Custos variáveis:  
    Matéria-prima: R\$ 15,00 por unidade  
    Mão de obra direta: R\$ 12,00 por unidade  
Despesas fixas: R\$ 27.600,00 por mês  
Despesas variáveis com frete: R\$ 5,00 por unidade  
Preço bruto de venda: R\$ 200,00 por unidade  
Comissões sobre venda: 5% do preço bruto de venda  
Impostos sobre venda: 10% do preço bruto de venda
- Com base nessas informações e sabendo que a empresa Só Trabalho S.A. deseja obter lucro mensal de R\$ 276.000,00, o ponto de equilíbrio econômico é de
- (A) 1.200 unidades.
  - (B) 3.200 unidades.
  - (C) 1.000 unidades.
  - (D) 3.000 unidades.
  - (E) 3.089 unidades.

41. A Cia. Produtora produz os produtos A, B e C. Em junho de 2018, foram produzidas 5.000 unidades do produto A, 2.000 unidades do produto B e 4.000 unidades do produto C.

Os custos fixos indiretos do mês de junho de 2018 referentes às atividades realizadas no Departamento de Produção foram, em reais:

Atividades	Custos fixos indiretos
Programação das máquinas	80.000,00
Inspeção da qualidade da produção	50.000,00
Supervisão da produção	50.000,00
<b>Total dos custos indiretos do mês do Departamento</b>	<b>180.000,00</b>

As informações sobre os direcionadores de custos de atividades no mês de junho de 2018 foram:

Direcionador	Produto A	Produto B	Produto C	Total
Horas-máquinas trabalhadas	1.600	1.400	1.000	4.000
Número de unidades inspecionadas	2.000	1.000	2.000	5.000
Tempo gasto dos supervisores da produção	40%	28%	32%	100%

Considerando que a empresa adota o Custeio Baseado em Atividades, o valor dos custos fixos indiretos atribuído ao produto

- (A) A foi R\$ 52.000,00.
- (B) B foi R\$ 72.000,00.
- (C) C foi R\$ 72.000,00.
- (D) A foi R\$ 56.000,00.
- (E) B foi R\$ 52.000,00.

42. A empresa Costureira S.A. produz quatro produtos: Calça, Saia, Shorts e Blusa. As informações referentes a cada produto, cujos valores estão em reais, são apresentadas a seguir:

Produtos	Calça	Saia	Shorts	Blusa
Preço líquido de venda (por unidade)	80,00	70,00	60,00	55,00
Custos variáveis (por unidade)	30,00	25,00	10,00	8,00
Custos fixos (por unidade)	10,00	6,00	8,00	6,00
Despesas variáveis (por unidade)	4,00	2,00	6,00	2,00
Despesas fixas (por unidade)	2,00	1,00	3,00	1,00

Os custos fixos são comuns aos quatro produtos e alocados com base nos volumes produzidos. As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias. Sabendo que a empresa tem recursos limitados para investir em propaganda e que o seu objetivo é a maximização do lucro, a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua venda incentivada é:

- (A) Calça, Saia, Shorts e Blusa.
- (B) Shorts, Calça, Blusa e Saia.
- (C) Shorts, Blusa, Calça e Saia.
- (D) Calça, Blusa, Shorts e Saia.
- (E) Blusa, Saia, Calça e Shorts.

43. Considere as informações sobre os dois produtos da Cia. Leites Especiais, conforme tabela abaixo.

Produtos	Leite A (unidade de 1L)	Leite B (unidade de 1L)
Lucro bruto por unidade	R\$ 6,00	R\$ 5,00
Margem de contribuição unitária	R\$ 4,00	R\$ 3,00
Quantidade de material especial por unidade	2	1
Quantidade demandada pelo mercado	200 unidades por semana	300 unidades por semana

A Cia. Leites Especiais só consegue comprar 500 unidades de material especial por semana para a produção dos dois tipos de leite. Considerando o seu objetivo de maximizar o lucro, a Cia. Leites Especiais deve produzir e vender as quantidades semanais do Leite A e do Leite B, respectivamente, em unidades, de

- (A) 100 e 300.
- (B) 200 e 100.
- (C) 125 e 250.
- (D) 200 e 300.
- (E) 400 e 900.

**Análise de Investimentos**

44. Para a construção de um projeto de investimento,
- (A) pode-se dispensar a preparação do fluxo de caixa, se o projeto utilizar recursos de terceiros.
  - (B) busca-se verificar se há viabilidade técnica, ou seja, se o projeto consegue remunerar adequadamente o capital investido.
  - (C) consideram-se os custos fixos enquanto os custos variáveis são desprezados.
  - (D) a localização constitui elemento relevante, embora seja incapaz de levar à rejeição econômica do projeto.
  - (E) é preciso considerar a necessidade de se utilizar premissas.
- 
45. Considere que durante a avaliação de um projeto, verificou-se a possibilidade de se aplicar análise de sensibilidade para a depreciação dos equipamentos envolvidos. Ao se estender o prazo para a depreciação, o Valor Presente Líquido (VPL) do projeto passou de (-) \$1.250.000,00 para (-) \$100.000,00, sendo a taxa de atratividade de 17%. Como resultado, tem-se que
- (A) o projeto deixou de ser aceitável.
  - (B) o projeto continua sendo aceitável.
  - (C) o projeto é sensível à variação na depreciação.
  - (D) o projeto continua apresentando Taxa Interna de Retorno (TIR) superior ao custo de oportunidade dado pelo investidor.
  - (E) a nova depreciação não altera a decisão sobre o projeto.
- 
46. Em um processo de decisão sobre projetos de investimento, conta-se com as seguintes informações:
- custo de oportunidade, representado pela taxa mínima de atratividade, de 15%, e recursos próprios de \$ 6 milhões e recursos de terceiros disponíveis de \$ 4 milhões.
  - projeto 1: VPL = \$ 1,2 milhão; investimento necessário de \$ 11 milhões.
  - projeto 2: VPL = \$ 0,9 milhão; investimento necessário de \$ 7,5 milhões.
  - projeto 3: VPL = \$ 0,4 milhão; investimento necessário de \$ 7 milhões.
  - projeto 4: VPL = \$ 0,0 milhão; investimento necessário de \$ 5 milhões.
  - projeto 5: VPL = (-) \$ 1,5 milhão; investimento necessário de \$ 4 milhões.
- A melhor decisão será a aceitação
- (A) dos projetos 1 e 2, conjuntamente.
  - (B) do projeto 2.
  - (C) do projeto 4.
  - (D) dos projetos 2 e 3, conjuntamente.
  - (E) do projeto 5.
- 
47. Considere as seguintes afirmações relacionadas à incorporação do risco na avaliação de projetos de investimentos:
- I. A análise de sensibilidade auxilia na identificação de parâmetros cuja alteração pode acarretar impactos na decisão sobre um determinado projeto.
  - II. A simulação de Monte Carlo resolve os problemas de incerteza inerentes ao projeto, garantindo a adequação da decisão do investidor.
  - III. A distribuição de impactos e probabilidades de eventos de risco é muitas vezes colocada em uma matriz de riscos.
  - IV. A análise de cenários busca identificar o impacto, no projeto, decorrente de apenas um único parâmetro de cada vez.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e IV, apenas.
  - (B) II, III e IV, apenas.
  - (C) I, II, III e IV.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e IV, apenas.
- 
48. Um desafio constante para os projetos sociais é caracterizado pela sua avaliação econômica. Nesse contexto, o cálculo do custo de oportunidade
- (A) não se aplica aos projetos sociais.
  - (B) se dá por meio dos custos contábeis do projeto.
  - (C) pode utilizar conceitos vindos de parâmetros como o valor presente líquido e a taxa interna de retorno.
  - (D) é dispensável, uma vez que os projetos sociais tratam de impactos na sociedade, não havendo o que se falar em retorno econômico.
  - (E) é irrelevante para os projetos sociais, pois nestes são utilizados recursos privados doados e/ou públicos.

**Estratégia Financeira**

49. No campo do financiamento de iniciativas empreendedoras,
- (A) o Banco do Brasil atua com pessoas físicas, jurídicas e com o setor público, inserindo-se no Plano Plurianual como agente executor de políticas públicas governamentais, inclusive por meio da aplicação de fundos de financiamentos governamentais.
  - (B) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social também é um banco comercial e pode agilizar o incentivo à inovação, ao desenvolvimento regional e ao desenvolvimento socioambiental, que são prioridades para a instituição.
  - (C) o Banco do Nordeste do Brasil atua como banco de desenvolvimento regional, operando majoritariamente com recursos próprios e, residualmente, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
  - (D) a Caixa Econômica Federal é uma empresa de economia mista que desenvolve atividades bancárias de varejo, assim como exerce papel fundamental no desenvolvimento urbano do País, inclusive por meio da operação com fundos constitucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.
  - (E) a Financiadora de Estudos e Projetos é responsável direta pelos programas inseridos no Plano Plurianual, de apoio aos estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País.

50. Um importante componente das operações de financiamento de longo prazo no Brasil é caracterizado pela Taxa de Longo Prazo (TLP), que
- (A) conta com um componente de taxa de juros pós-fixada, estabelecida em cada operação.
  - (B) é calculada de acordo com metodologia definida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
  - (C) leva em consideração, como referencial da inflação, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).
  - (D) é aplicada com fator de ajuste para o componente prefixado, correspondente a 0,57 para o ano de 2018.
  - (E) utiliza as taxas de juros dos depósitos interfinanceiros para a formação do componente prefixado.

51. Na análise de um determinado projeto, estão sendo consideradas as seguintes informações:

Taxa livre de risco: 7%.

Taxa de retorno do mercado: 12%.

Taxa de juros para capital de terceiros, antes dos impostos: 30%.

Impostos: 40%.

O investidor aceita utilizar como seu custo de oportunidade o retorno calculado, por CAPM, para atividades similares, que é de 15%.

Capital de terceiros no total de \$ 500.000,00.

Capital próprio no montante de \$ 500.000,00.

É correto afirmar que o

- (A) beta do projeto é de 1,8.
  - (B) custo médio ponderado de capital é maior que 14%.
  - (C) beta do projeto é menor que 1,5.
  - (D) custo médio ponderado de capital é de 17,5%.
  - (E) custo líquido do capital de terceiros é maior que 20%.
52. Na avaliação de um projeto envolvendo autorizações do setor público, o Analista-Técnico se deparou com os seguintes dados:
- |   |        |
|---|--------|
| Vendas:.....  | \$ 400 |
| Custos operacionais fixos: .....                      | \$ 80  |
| Custos operacionais variáveis: .....                  | \$ 240 |
| LAJIR (Lucro antes de Juros e Imposto de Renda) ..... | \$ 80  |
| Alavancagem financeira:.....                          | 1,5    |

Diante desses números, o Analista-Técnico pode afirmar corretamente que o projeto apresenta alavancagem

- (A) operacional maior que 2,5.
- (B) operacional de 1,0.
- (C) financeira menor que a alavancagem operacional.
- (D) financeira maior que a alavancagem total.
- (E) total de 4,0.



53. Ao considerarmos as estratégias da exploração de atividade econômica pelo Estado, no contexto da regulação da natureza da empresa estatal, verifica-se que
- (A) a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.
  - (B) existe flexibilidade, eis que a participação de sociedade de economia mista em empresa privada não precisa estar vinculada ao objeto social da empresa investida.
  - (C) para a constituição de empresa pública, a correspondente autorização legal deve indicar, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
  - (D) o setor privado pode deter a maioria do capital votante da empresa pública.
  - (E) a empresa pública pode financiar suas operações por meio da emissão de debêntures.

#### Concessões

54. Um empregado público de uma empresa estatal do setor de energia apresentou requerimento dirigido ao Ministério ao qual está administrativamente vinculada aquela pessoa jurídica, pleiteando que fosse estendida administrativamente à sua categoria uma gratificação recentemente concedida aos ocupantes de cargo efetivo naquele órgão e sujeitos ao regime da Lei nº 8.112/1990. O Ministro indeferiu o pedido,
- (A) não tendo referida decisão natureza de ato administrativo, considerando que se trata de indeferimento dirigido a empregado público, cujo vínculo funcional com o ente da Administração indireta é de natureza privada.
  - (B) não cabendo recurso administrativo contra referida decisão, considerando que o empregado não integra a estrutura hierárquica da secretaria e que o autor da decisão é a mais alta autoridade do órgão.
  - (C) o que não possui fundamento jurídico, considerando que a distinção de regimes funcionais entre cargos e empregos públicos não impede a extensão administrativa de vantagens e gratificações reciprocamente entre seus ocupantes.
  - (D) sob o fundamento de que a vantagem fora estrita e regularmente concedida aos ocupantes de cargo efetivo, de acordo com o regime estatutário a que se submetem, cabendo às empresas estatais a emissão de suas decisões e deliberações, observadas as competências estabelecidas em seus atos constitutivos, que devem ser aderentes à lei que autorizou a criação das mesmas.
  - (E) sendo indispensável a motivação do ato, por se tratar de ato discricionário, o que impedirá o questionamento judicial de qualquer de seus elementos ou atributos.
55. Em um determinado imóvel público do Município funciona uma escola municipal onde os pais dos alunos solicitaram a instalação de uma lanchonete para atendimento nos dias regulares de aulas e aos finais de semana, o que
- (A) é incompatível com a destinação de uso especial, tendo em vista que demandará a outorga de uso privativo daquele destinado à exploração da lanchonete.
  - (B) não é admissível em razão da natureza de bem de uso comum do povo que predica o imóvel, porque destinado a uma unidade de ensino público.
  - (C) é compatível com a destinação dada ao bem de uso especial, porque preserva a finalidade principal da unidade de ensino, configurando uso privativo de parcela restrita da área para fins de suporte aos frequentadores do equipamento público.
  - (D) depende de prévia desafetação do bem público, considerando que a destinação pretendida depende do imóvel municipal estar na categoria de dominical, o que não é aderente a uma unidade de ensino.
  - (E) demanda afetação do imóvel para bem de uso comum do povo, considerando que a nova destinação de interesse público deve franquear acesso a todos os administrados do Município.
56. Um estado da federação celebrou contrato de concessão patrocinada relativa a serviço público rodoviário, cabendo à concessionária a aquisição dos terrenos necessários para implantação da infraestrutura necessária. Nesse modelo de contratação,
- (A) a concessionária deverá adquirir em seu próprio nome os bens necessários à construção da rodovia, com recursos repassados pelo poder concedente, ao qual os bens reverterão ao final do contrato.
  - (B) a concessionária poderá, se autorizada pelo edital e contrato, desapropriar os imóveis necessários à implantação da rodovia, os quais não perderão a condição de bens reversíveis enquanto afetados ao serviço público, mesmo que permaneçam na titularidade da contratada.
  - (C) cabe ao poder concedente a aquisição direta dos bens destinados à implantação da rodovia, considerando que ficarão afetados ao serviço público de titularidade estadual e, como tal, não podem ser adquiridos por pessoa jurídica de direito privado.
  - (D) o poder concedente pode dispor de aporte de recursos, desde que previsto no edital e contrato, para as obras de infraestrutura que abrangerão a aquisição de bens reversíveis, limitado a 70% do valor total do investimento a cargo da concessionária.
  - (E) a previsão de contraprestação em favor da concessionária ficará condicionada à declaração da natureza de reversibilidade dos bens necessários à construção da rodovia no momento do repasse de recursos, o que deverá ser confirmado por ocasião do término do contrato, sob pena de reequilíbrio em favor do poder concedente.

57. Aos licitantes é concedido direito de apresentação de recurso
- contra as decisões proferidas nos procedimentos de licitação que possam interferir em sua esfera de direitos, conferindo-se efeito suspensivo em algumas hipóteses, como aqueles apresentados contra o julgamento de propostas.
  - contra a decisão de habilitação ou inabilitação dos licitantes, nos procedimentos de concorrência ou leilão, cuja apreciação se dará após o julgamento do certame.
  - contra as decisões proferidas em cada uma das fases do procedimento licitatório, seja quando se trata de concorrência, seja nos casos de pregão.
  - com concessão de efeito suspensivo, tanto nos procedimentos de concorrência, quanto de pregão.
  - a cada término de fase nos procedimentos de licitação, vedada concessão de efeito suspensivo como forma de tutelar o princípio licitatório.
- 
58. Considere hipoteticamente que tramita, em determinado Município de São Paulo, um procedimento de licitação para contratação de uma Parceria Público-Privada, precedido de procedimento de manifestação de interesse público, no âmbito do qual foram apresentados estudos por diversos autorizados, parte deles aproveitada pela Administração pública para modelagem do projeto. No curso da licitação, houve impugnação perante o Tribunal de Contas, que determinou a suspensão do procedimento sob fundamento de suposta restrição nos requisitos de habilitação, com direcionamento do certame àqueles que participaram do chamamento. Diante desse cenário, sob o ponto de vista material, dentre as análises legalmente possíveis com os elementos descritos,
- é cabível defender a legalidade do procedimento no que concerne ao estabelecimento de requisitos de habilitação que priorizem, tecnicamente, a participação dos autorizados no procedimento de chamamento, considerando que estes já se mostraram efetivamente interessados no projeto, aumentando as chances de higidez da prestação material do serviço.
  - não se pode estabelecer requisitos de habilitação técnica ou de outra ordem que permitam inferir grau de privilégio para aqueles que participaram do chamamento público, a parte de que também inexistente vedação legal para que os autorizados participem, em condições de igualdade de competição, da licitação, ainda que tenham apresentado projetos técnicos por ocasião dos estudos.
  - aqueles que participaram formalmente do chamamento público não podem concorrer na licitação, por ferirem a igualdade de competição de forma presumida, considerando que tiveram acesso a informações restritas e sigilosas por parte da Administração pública, o que lhes confere vantagem na elaboração do correspondente plano de negócios.
  - é vedada a participação na licitação, por força de expresso dispositivo legal, dos autorizados no chamamento público que tenham apresentado estudos abrangendo modelagem econômico-financeira e, em especial, trabalhos técnicos, tais como projeto básico, por configurar presumida vantagem em relação aos demais competidores.
  - descaberia a suspensão do procedimento de licitação nessa fase, tendo em vista que eventual restrição à competição e prejuízo ao erário somente poderiam ser comprovados após o resultado do certame, no caso de algum dos autorizados sagrar-se vencedor.
- 
59. As prerrogativas e poderes conferidos à Administração direta e indireta para a consecução de suas funções, tipicamente executivas,
- admitem a prática de atos que exteriorizam o exercício de parcela de funções atípicas, a exemplo da edição de decreto que extingue cargos vagos em determinado órgão cujas funções foram absorvidas por outro departamento da estrutura administrativa.
  - não se exteriorizam de forma equânime, considerando que o controle exercido pelo Legislativo e Tribunais de Contas sobre os atos e negócios realizados pelos entes que integram a Administração indireta e que possuem natureza jurídica de direito privado restringe-se ao exame do cumprimento da legalidade.
  - não excluem o exercício de funções atípicas pelos seus diversos entes, como judicante e normativa, esta última que abrange a edição de decretos autônomos pelo Chefe do Executivo, Superintendentes de autarquias e de fundações integrantes da Administração indireta.
  - incluem o exercício do poder de polícia, função tipicamente atribuída ao Poder Judiciário, para, em caráter excepcional, limitar os direitos dos administrados com vistas à garantia da segurança pública.
  - restringem a incidência de controle externo sobre seus atos, cabendo, exclusivamente, ao Judiciário o exame de legalidade e ao Legislativo, por meio do Tribunal de Contas, o exame da discricionariedade e de seus limites.
- 
60. Considere hipoteticamente que, ao Secretário Municipal de Educação de determinado Município, está sendo imputada a prática de ato de improbidade em razão do recebimento de valores da empresa contratada para o fornecimento de merenda escolar para as unidades de ensino fundamental. De acordo com as acusações, a empresa sagrou-se vencedora na licitação com proposta que considerava a necessidade de repasse, ao administrador, de percentual do pagamento que receberia do Município, mas que estava dentro dos valores praticados pelo mercado. A narrativa dos fatos
- indica prática de ato de improbidade na modalidade que gera enriquecimento ilícito do agente público, acarretando a restituição do acréscimo que experimentar em seu patrimônio.
  - indica que, após comprovado o enriquecimento ilícito, o patrimônio do administrador poderá ser alcançado para ressarcir o respectivo valor, não havendo medida passível de ser adotada anteriormente para garantia do referido montante.
  - permite que os bens do agente sejam apreendidos e leiloados cautelarmente, para ressarcimento do prejuízo, cabendo a devolução ao agente público do montante que vier a ser apurado caso venha a ser inocentado, independentemente do valor.
  - demonstra não estar tipificado ato de improbidade em razão da inexistência de prejuízo ao erário, considerando que a contratação se deu por valor de mercado.
  - comprova a prática de ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, não sendo possível a imputação dessa responsabilidade aos representantes da empresa contratada porque participaram de licitação regularmente, tendo vencido com proposta aderente aos valores praticados no mercado.



**PROVA ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

10.4 A Prova Estudo de Caso constará de uma questão discursiva, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, a solução. A Prova Estudo de Caso versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Edital, adequados às atribuições do Cargo, não sendo permitida qualquer espécie de consulta. 10.5 A Prova Estudo de Caso avaliará o domínio técnico de conteúdo do tema abordado, consideradas a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e a adequação às atribuições do cargo. 10.6 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Estudo de Caso, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.7 Será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, na Folha de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos e etc); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; i) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Estudo de Caso, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10 A Prova Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. A questão será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

**QUESTÃO 1**

Considere hipoteticamente que o Município de São Paulo pretenda implementar novo modal de transporte coletivo urbano em determinado trecho da cidade, na forma de um Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, operado pela iniciativa privada. A premissa adotada na modelagem é de não alocação de recursos orçamentários, devendo o privado encarregar-se da construção da via e das estações, aquisição dos veículos e dos sistemas operacionais e de sinalização, remunerando-se, exclusivamente, pela tarifa cobrada do usuário, razão pela qual pretende-se adotar a concessão comum, regida pela Lei Federal nº 8.987/1995. Considerando a legislação aplicável, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a. Afigura-se juridicamente viável, em tal modalidade contratual, a imputação ao concessionário da obrigação de realizar obras públicas, como as vias permanentes e as estações, preliminarmente à operação do serviço público de transporte propriamente dito? Em caso positivo, os custos correspondentes podem ser considerados para efeito de fixação da tarifa? Em caso negativo, qual modalidade contratual viabilizaria tal modelagem?
- b. Considerando o modelo contratual adotado, quais as consequências da superveniência, no curso da execução do contrato, de alterações nas condições vigentes no momento da formulação da proposta e das variáveis consideradas no plano de negócios do concessionário, mais especificamente: alteração da tributação; ocorrência de eventos que caracterizem caso fortuito ou força maior, bem como não realização da demanda de passageiros projetada pelo concessionário, com a consequente frustração da receita tarifária estimada?
- c. Em que situações e sob quais condições afigura-se juridicamente viável a retomada, pelo Município, do serviço concedido antes do termo final da concessão?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO